



Publicação: 06-03-2009 19:21

Conselho de Prevenção da Corrupção

Gestores públicos vão ter de responder a questionário

Mais de 500 gestores públicos vão ter 30 dias para responder a um inquérito sobre prevenção da corrupção, que os responsabilizará no futuro por eventuais ilícitos. Trata-se de uma decisão do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) do Tribunal de Contas, que também vai ouvir vários especialistas sobre medidas anti-corrupção.

"O CPC aprovou uma deliberação estrutural que reconhece e recomenda que todos os gestores de dinheiros e de património públicos devem analisar as suas organizações, identificar os eventuais riscos de corrupção e prever medidas que possam reduzir ou eliminar a sua ocorrência", afirmou José Tavares, director-geral do Tribunal de Contas e secretário-geral do CPC.

O CPC definiu à partida **"duas áreas"** de maior risco de corrupção: contratação pública e a concessão de benefícios públicos.

É sobre estas áreas que incidem as questões do inquérito que o CPC **"tentará enviar durante a próxima semana"**, informou José Tavares.

O secretário-geral considera que o pedido aos gestores públicos de informação sobre os riscos e as medidas de prevenção de corrupção é da **"maior importância"**, porque permite **"responsabilizar os gestores públicos"**.

Isto porque, a acontecer alguma situação de corrupção haverá **"culpa agravada"** daqueles responsáveis, adiantou.

Terão de responder ao inquérito gestores dos serviços das administrações Central, Regional e Local, sendo **"mais de 500"**, prevê o secretário-geral do CPC.

Sector empresarial também vai responder

O sector empresarial do Estado e os organismos de direito privado que gerem dinheiros públicos ficam para uma segunda fase, garante.

Depois de recolhidas as respostas, o que terá de acontecer em 30 dias, o CPC fará uma análise das mesmas, estando previstas visitas aos serviços do Estado por membros do CPC para verificar se as respostas correspondem à prática do dia-a-dia dos serviços.

"O CPC vai visitar as entidades inquiridas para se inteirar da aplicação prática das medidas referidas nas respostas", disse o secretário-geral do CPC, José Tavares.

Do questionário a que os serviços do Estado terão de responder fazem parte perguntas como o montante global das empreitadas adjudicadas nos últimos três anos e o detalhe de todo o processo de adjudicação (quem faz, como faz, os regulamentos), entre outros aspectos abordados.

O secretário-geral garante que os resultados deste processo serão publicados.

Audição de personalidades

Na reunião de quarta-feira ficou igualmente decidido que o CPC irá ouvir personalidades de reconhecido mérito na área da corrupção. No encontro da passada quarta-feira, o professor de ciências políticas, Luís de Sousa, foi o especialista ouvido.

O professor do ISCTE defendeu que a "**melhoria no acesso à informação qualitativa sobre o fenómeno da corrupção**" é essencial para o sucesso do combate.

Questionado sobre se a corrupção está a aumentar ou se há antes mais conhecimento dos casos, o especialista respondeu que acontece "**um pouco das duas coisas**".

O professor admitiu que os casos de corrupção dos dias de hoje são "**mais complexos**", devido ao efeito de uma "**economia mais globalizada, ao recurso a mecanismos mais complexos, como off-shores, e à existência de áreas mais complexas de decisão no Estado**".

Luís de Sousa considerou ainda que "**há um interesse cada vez maior da opinião pública**" sobre estas matérias, até em resultado do aumento dos níveis de literacia da população e desenlace de alguns casos a nível internacional há uns anos atrás.

Com Lusa